A CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS E A LÓGICA NEOLIBERAL: UMA NOVA AGENDA PARA A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO BRASIL

Thayná Raquel Santos Pinto
Universidade Estadual do Maranhão
thaynaraquel209.tr@gmail.com

Jusciane do Bom Parto Pinheiro Oliveira
Universidade Federal do Maranhão
Jusciane.oliveira@discente.ufma.br

Lindalva do Remedio Cerqueira de Oliveira
Universidade Estadual do Maranhão
lindalvacerqueira24@gmail.com

Severino Vilar de Albuquerque
Universidade Estadual do Maranhão
svalbuquerque@uol.com.br

Introdução

O presente texto tem como principal objetivo analisar a influência da lógica neoliberal na política de formação continuada de professores do Brasil a partir dos anos de 1990, tendo em conta a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em *Jomtien*. Na agenda formulada nessa Conferência, para a educação da América latina, a formação continuada de professores ganha destaque e passa a se constituir ação transversal nas políticas públicas do Brasil, além de ser concebida, também, como uma estratégia política com o intuito de adequar os professores, sua formação e seu trabalho às novas necessidades advindas da crise estrutural do capital e da globalização dos modos de produção capitalista. Dessa forma, a Conferência de *Jomtien* foi realizada com o intuito de definir uma nova agenda para as políticas públicas educacionais dos países latino americanos.

A partir de então, o Brasil passou por profundas reformas políticas e sociais que refletiram nas políticas públicas educacionais, principalmente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e estabeleceu parceria com organismos

internacionais, desenvolvendo programas de formação continuada para professores, com o objetivo de atender ao projeto neoliberal de sociedade, organizado principalmente pelos organismos internacionais.

Na esteira das mudanças, o Brasil passou a sofrer fortes influências de organismos internacionais. Segundo Brito, Prado e Nunes (2019) na esfera educacional, esses organismos exercem a função de garantir o avanço dos interesses neoliberais pelos países periféricos, por meio de assessorias técnicas e grandes eventos que são organizados com vista a atender as demandas no mercado competitivo.

Levando isso em consideração, o presente estudo se enquadra na abordagem qualitativa que, segundo Bogdan e Biklen (1994), é aquela que se caracteriza por investigar os fenômenos em toda a sua complexidade, a partir da perspectiva dos sujeitos do estudo e busca apreender o fenômeno em suas múltiplas dimensões. Dessa forma, a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade para além de dados quantificáveis, e busca compreender as dinâmicas das relações sociais repletas de significados, crenças, valores e atitudes (Bogdan; Biklen, 1994).

No caso do recorte trazido neste texto, o estudo deu ênfase a analisar o significado político e educacional da Conferências de Jomtien, com a especificidade para a formação continuada de professores, enquanto ação que passou a fazer parte das estratégias de empresas do terceiro setor para a formação de parcerias com os sistemas públicos de ensino. Assim sendo, a análise pautou-se na revisão bibliográfica, a partir de autores que tratam da temática em tela.

A lógica neoliberal e uma nova agenda para a política de formação continuada de professores do Brasil

Na década de 1970 surge a concepção que passa a advogar que as necessidades do processo produtivo demandam requisitos diferenciados da educação global e da formação docente, o que contribui para a propagação da ideia de para sobreviver a livre concorrência do mercado o cidadão deve ser preparado para se adaptar às mudanças da sociedade globalizada (Shiroma, 2007).

Na esteira das mudanças, o Brasil passou a sofrer fortes influências de organismos internacionais, principalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação

e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros. Segundo Brito, Prado e Nunes (2019) na esfera educacional, esses organismos exercem a função de garantir o avanço dos interesses neoliberais pelos países periféricos, por meio de assessorias técnicas e grandes eventos que são organizados com vista a atender as demandas no mercado competitivo.

Essa perspectiva contribuiu para o surgimento do argumento dominante que gira em torno da educação, que serve como base de sustentação para os eventos que ocorram a partir dos anos de 1990 com o objetivo de definir uma agenda mundial para as políticas públicas educacionais articulados à lógica neoliberal que privilegia os interesses do mercado. Bem como afirma Libâneo (2011), o modelo neoliberal de educação subordina alvos político-sociais essenciais para a educação (equidade, cidadania e democracia) a propósitos econômicos (desenvolvimento tecnológico e competitividade internacional) ou, em outros termos, à lógica do mercado sustentada em um modelo gerencialista, que tende a priorizar os resultados e não o processo.

Assim, no período de 5 a 9 de março de 1990 foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em *Jomtien* na Tailândia e contou com a participação de 157 países e foi financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O evento foi realizado tendo como principal objetivo assegurar educação básica para a população mundial (Unesco, 1998).

Essa conferência originou o documento Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que estabeleceu quatro pilares que vinculam a educação à ideologia global do capitalismo. O documento caracteriza a crise educacional mundial logo em suas páginas iniciais como:

mais de 100 milhões de crianças, das quais pelo menos 60 milhões são meninas, não têm acesso ao ensino primário: mais de 960 milhões de adultos - dois terços dos quais mulheres - são analfabetos, e o analfabetismo funcional é um problema significativo em todos os países industrializados ou em desenvolvimento: mais de um terço dos adultos do mundo não têm acesso ao conhecimento impresso, às novas habilidades e tecnologias, que poderiam melhorar a qualidade de vida e ajudá-los a perceber e a adaptar-se às mudanças sociais e culturais [...] (Unesco, 1998, n.p).

O documento da Unesco deixa pistas para depreender que a crise educacional mundial foi utilizada como estopim para o início das reformas educacionais no Brasil e nos demais países latino-americanos, com vista a atender os pressupostos neoliberais,

alicerçado na perspectiva de que todos os países, inclusive os periféricos, seriam guiados para a modernidade da sociedade globalizada e competitiva por meio da educação. Em consonância a isso, Gomide (2011) afirma que a partir de então, partiu-se do princípio de que a educação enfrentava uma grande crise gerencial, o que justificou a adoção de reformas educacionais baseadas em pressupostos neoliberais e a subordinação da educação às demandas do mercado de trabalho.

A partir dos anos 1990 com a Conferência de Jomtien, a formação continuada de professores começa a ganhar destaque nas políticas do Brasil, visto que as políticas com tal finalidade passam a ser percebidas como estratégia para elevação dos indicadores educacionais, que são a grande prioridade dessa configuração gerencial que prioriza os resultados em detrimento do processo. Dessa forma, a formação continuada de professores passa a representar uma importante ação das políticas públicas educacionais com vistas à elevação de indicadores de rendimento, com forte apelo às dimensões cognitivistas do ensino com base em resultados mensuráveis.

Conclusão

Ao analisar a influência do neoliberalismo na formação continuada de professores no Brasil a partir da Conferência de *Jomtien* (1990), este estudo evidenciou como a lógica do mercado moldou as políticas educacionais, submetendo a formação docente a uma lógica de padronização, mercantilização e precarização. A busca por resultados mensuráveis e a ênfase em competências técnicas, em detrimento da formação crítica e reflexiva, contribuíram para a desvalorização da profissão docente e para a reprodução das desigualdades sociais.

É fundamental que se busquem alternativas para uma formação docente mais crítica e emancipatória, que valorize a autonomia dos professores, a diversidade de saberes e a construção de uma educação comprometida com a transformação social. Nesse sentido, é urgente repensar as políticas públicas de formação inicial e continuada, buscar garantir condições de trabalho mais dignas para esses profissionais, promover a discussão sobre os currículos e as metodologias de ensino, e fortalecer a relação entre a escola e a comunidade.

Referências

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto – Portugal. Porto Editora, 1994.

BRITO, R. S.; PRADO, J. R.; NUNES, C. P. Políticas de formação docente no Brasil a partir dos anos 1990. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 2-19, jan./abr. 2019.

GOMIDE, A. G. V. A Unesco e as políticas para formação de professores no Brasil na década de 1990. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5617_2904.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 2 v

MALHEIROS, M. R. T. L. *O processo de pesquisa na graduação*. Campo Grande: FIC-UNAES, 2000.

SHIROMA, Eneida Oto. *Política Educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

UNESCO. *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, 1990. Jomtien, Tailândia: Unesco, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 20 Out. 2024.